



Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Comissão Intergestores Tripartite/CIT

30ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS

Ata da ordem do dia 21 de maio de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Ata da 30ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 21/05/2025

1 Ao vigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 30ª Reunião
2 Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social - SUAS,
3 sob a Coordenação do Secretário Nacional de Assistência Social, Senhor André Quintão. Estiveram
4 presentes as(os) seguintes membros: Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção
5 Social Básica e Representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
6 - MDS; Clara Carolina de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS da SNAS; Márcia Pádua
7 Viana, Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada do SUAS; Regis Aparecido andrade
8 Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS; Edgilson Tavares de
9 Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS; Eutália
10 Barbosa Rodrigues Naves, Diretora de Condicionalidades da Secretaria Nacional de Renda de
11 Cidadania; Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operações da Secretaria
12 Nacional de Renda de Cidadania; Iêda Maria Nobre de Castro, Diretora do Departamento de Gestão
13 do Cadastro Único da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Cadastro Único; Cyntia
14 Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES; Érica Lima Cavalcante Mitidieri,
15 Secretária Estadual de Sergipe/SE; Tânia Soares de Souza, Secretária de Estado de Roraima/RR;
16 Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ; Valdiosmar Vieira Santos,
17 Secretário Municipal de Campo de Brito/SE; Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro, Secretária
18 Municipal de Campinas/SP; Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de
19 Campo Limpo/SP; Luciana Vieira Marques Viana, Secretária Municipal de Cedro/CE; Eldilene Alves
20 da Silva, Secretária Municipal de Manaquirim/AM; Rafaelly Machado, Representante do Conselho
21 Nacional de Assistência Social – CNAS pelo Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas
22 – MNPR/AL; Maria das Graças da Silva, Diretora - DUPSE; Celia Maria de Souza Melo Lima,
23 CGSUAS; Ecildo Evangelista Filho, Secretaria Executiva de Proteção Social; Cleres Alvarenga
24 Cavalcante, SETRABES; Vanessa Rocha Gomes, Assessoria; Stephanie de Azevedo Barreto,
25 Superintendente; Valdirene Lima, Diretora - DGSUAS; Cristiana G. de Oliveira; Amanda S. Silva,

Gerente de Projeto; Irayldes Marques, Diretora SDSC; Sandra Augusta do Rego Monteiro, Assessora; Anderson Miranda, CIAMP-RUA. Abertura: O Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, iniciou a 30ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cumprimentando a todas(os). Seguidamente, foi realizada a leitura da pauta, que segue: 1. Processo de organização da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; 2. Conjuntura Orçamentária do SUAS; 3. Prorrogação de prazos de Câmaras Técnicas da CIT. 4. Informes: Nova Regra de Proteção do Programa Bolsa Família; Acordo da Bacia do Rio Doce; SNAS; SAGICAD; SENARC; CONGEMAS; FONSEAS; CNAS. Adiante, o Senhor Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, realizou a apresentação do balanço sobre o que já tem sido feito para o Processo da Conferência Nacional. Considerou que 2025 é um ano de conferência ordinária para todos os entes federados, conforme consta no Artigo 18 da LOAS e no Artigo 117 e 118 da NOB-SUAS. Lembrou que a realização das conferências será feita pelos órgãos gestores da Assistência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios e deverão prever dotação orçamentária e realizar a inspeção financeira, garantindo os recursos e infraestrutura necessária para todas as etapas. Inferiu que na conferência serão avaliados e definidos os rumos da política de Assistência Social no país, fazendo propostas e tendo deliberações de maneira mais ampliada e assertiva. Informou que as Conferências Municipais serão realizadas no período de 31 de março a 11 de julho; às Conferências Estaduais e Distrital de 11 de agosto a 17 de outubro; as Conferências Livres de 12 de maio a 17 de outubro; e a Conferência Nacional de 6 a 9 de dezembro de 2025. Reforçou que os pedidos e solicitações de prorrogação de prazo para realização das Conferências Municipais devem ser encaminhados e negociados com o Conselho Estadual. Aberto as considerações, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, agradeceu pelas informações apresentadas e considerou que todas as dificuldades e o esforço do CNAS para a realização das conferências é muito válido. Ponderou que o Ministério assumiu uma responsabilidade pelo custeio do traslado da sociedade civil e os Estados assumiram as despesas pelos delegados do Poder Governamental, então será necessário refazer um diálogo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Essa atitude é necessária para pensar em estratégias, pois os estados não possuem condições financeiras para arcar com tamanho gasto com as conferências que estão propostas. Posteriormente, a Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de Campo Limpo/SP, inferiu que existem muitas dificuldades para serem enfrentadas, mas é necessário pensar em um Plano

57 B. Em seguida, a Senhora Rafaelly Machado, Representante do Conselho Nacional de Assistência
58 Social – CNAS, pontuou sobre a importância de rever a questão mencionada sobre os estados não
59 disporem de condições orçamentárias para realização das conferências, pois o CNAS tem se dedicado
60 arduamente para que as conferências sejam realizadas. Considerou também a necessidade de fazer
61 um diálogo com o Fundo e os setores orçamentários. Ato contínuo, a Senhora Érica Lima Cavalcante
62 Mitidieri, Secretária Estadual de Sergipe/SE, inferiu que entende a importância do SUAS e das
63 conferências e de que a participação nesses eventos deve ser coletiva. Ponderou que deve ser pensado
64 sobre uma forma de capacitação para os municípios, principalmente no momento que estão
65 vivenciando troca de gestão. Após, o Senhor Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento
66 da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, esclareceu que o CNAS, em nenhuma reunião,
67 teve discurso de pressionar os estados para realização das conferências. Informou que existe um
68 acordo de parceria do Pacto Federativo que deve ser seguido. Ponderou também que é importante
69 inferir que foram colocadas condições do CNAS com relação à operacionalização e que cada caso
70 deve ser analisado separadamente. Seguidamente, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de
71 Estado do Espírito Santo/ES, informou que está sendo realizado um levantamento dos saldos e
72 empenhos dos conselhos estaduais. Diante disso, pontuou que é importante encontrar um caminho
73 para que, juntos, seja realizada a viabilização das conferências. Adiante, o Senhor André Quintão
74 reforçou a importância da realização das conferências, principalmente por conta da temática
75 abordada, que são os 20 anos do SUAS. Inferiu que sua preocupação é sobre o esforço que pode ser
76 feito para que as conferências tenham qualidade substantiva, analítica e de pauta e agenda das lutas
77 que reafirmam o Sistema Único de Assistência Social. Considerou que a discussão sobre a
78 conferência deve se basear em como é possível melhorar a performance das conferências municipais,
79 visibilizando quais foram os avanços do SUAS e qual a contribuição para a Proteção Social no Brasil.
80 Posteriormente, o Senhor Arimatéia realizou a apresentação acerca da Recomposição do Quadro
81 Orçamentário. Inferiu que até a data da reunião não havia uma devolutiva se houve, ou não, a
82 apreciação para a suplementação, a fim de conseguir chegar aos 100% do pactuado nos blocos. Em
83 complementação, o Senhor André Quintão informou que foi realizada uma audiência com o Ministro,
84 solicitada pelo CONGEMAS, e foi pontuada a mesma informação apresentada pelo Senhor
85 Arimatéia. Diante disso, o Ministro está aguardando um documento validado, onde seja assinado pelo
86 CNAS, CONGEMAS e FONSEAS apresentando uma visão muito clara dos cenários atuais, não
87 somente do ideal. Inferiu também que o Ministro está tentando contato direto com as instâncias e com

88 o Presidente para que seja apresentado o cenário atual, dentro das possibilidades de se avançar nessa
89 temática. Em seguida, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Campo de
90 Brito/SE, ponderou sobre sua preocupação, pois considerou que os estados estão no limite de seus
91 orçamentos, e diante disso, não existem condições de realizar nenhuma atividade. Finalizou inferindo
92 que espera que a agenda com o Presidente possa acontecer e que renda bons frutos. Ato contínuo, a
93 Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de Campo Limpo/SP,
94 propôs que seja feita uma manifestação, por parte da CIT, sobre o contingenciamento do SUAS
95 demonstrando o quanto essa ação pode afetar o desenvolvimento da Assistência Social. Após, o
96 Senhor Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ, reforçou que é importante
97 profissionalizar quem trata dos Fundos municipais de Assistência Social, independente do Governo
98 que esteja na região, para que tenham um olhar técnico. Finalizou sugerindo que haja um diálogo com
99 os prefeitos dos municípios. Seguidamente, o Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do
100 Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, propôs que no dia 12 de junho, dia Nacional de
101 Combate ao Trabalho Infantil, que seja realizada uma reunião com o CNAS, FONSEAS e
102 CONGEMAS para apresentação de uma proposta antes de ser pautada na CIT, para que sejam
103 realizados todos os alinhamentos necessários. Adiante, a Senhora Clara Carolina de Sá, Diretora do
104 Departamento de Gestão do SUAS da SNAS, realizou o relato da Câmara Técnica de Previsão
105 Regimental. Inferiu que um encaminhamento importante para o FONSEAS, é que seja realizado um
106 levantamento para ser apresentado na próxima reunião, informando sobre os pactos que estão
107 vigorando nos estados. Posteriormente, o Senhor Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento
108 de Proteção Social Básica, fez a apresentação do relato da Câmara Técnica da Primeira Infância no
109 SUAS. Aberto as considerações, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Campo
110 de Brito/SE, considerou sobre a importância das Câmaras Técnicas e que os conselheiros possam se
111 ater ao seu formato e razão de ser uma CT, pois muitas vezes algo é debatido dentro da Câmara
112 Técnica e levado para deliberações paralelas. Ponderou também que depois de vários anos sem estudo
113 sobre o pacto nos municípios, isso se trata de uma retomada, inclusive cultural, para essas regiões.
114 Reforçou também a necessidade de que os pactos estejam alinhados aos PPA's. Em seguida, a
115 Senhora Rafaelly Machado, Representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,
116 sugeriu que a CIT possa levar ao Ministro que, pelo menos as capitais do país possam ter mais Centros
117 Pop e na expansão de abrigos, pois a população de rua, após o enfrentamento da pandemia por Covid-
118 19, aumentou de forma drástica. Finalizou solicitando que o Grupo de Trabalho que foi criado para

119 tratar sobre a população em situação de rua possa ser retomado. Ato contínuo a Senhora Iêda Maria
120 Nobre de Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único, inferiu que independente
121 das adversidades é importante apostar no Pacto de Aprimoramento da Gestão. Após, o Senhor Regis
122 Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS,
123 informou sobre a necessidade de retomar, de fato, os Trabalhos do Grupo Técnico sobre a população
124 de rua e solicitou apoio ao CONGEMAS e FONSEAS. Seguidamente, o Senhor Edgilson Tavares de
125 Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, ponderou
126 que o Pacto de Aprimoramento não pode ser visto apenas como um instrumento burocrático da gestão.
127 Adiante, a Senhora Tânia Soares de Souza, Secretária de Estado de Roraima/RR, pontuou que um
128 dos pontos colocados, tanto no Mapa da Violência é a ausência de governança colaborativa em todas
129 as esferas. Considerou também que é importante que o Ministério do Planejamento possa ouvir a
130 Assistência Social para debater sobre o que é, realmente, um Brasil inclusivo. Posteriormente, o
131 Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da
132 SNAS, realizou o relato da Câmara Técnica de Migrantes e Refugiados. Em seguida, a Ministra da
133 Mulher, Senhora Márcia Lopes, considerou que solicitará ao Ministro Wellington Dias que possa ser
134 realizada uma reunião com todos os secretários nacionais do MDS, bem como com os diretores.
135 Ponderou também que uma iniciativa importante, se não possuir escala nacional, acaba se perdendo
136 e não trazendo os indicadores necessários. Considerou que é importante construir um Plano Nacional
137 de Política para as mulheres. Ato contínuo, a Senhora Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Diretora de
138 Condicionais da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, agradeceu a participação e inferiu
139 que espera poder cumprir, de forma honrada, a tarefa que lhe foi solicitada. Após, o Senhor André
140 Quintão informou que a data da próxima reunião foi alterada para o dia 30 de junho de 2025, devido
141 ao feriado que ocorrerá no dia 18 de junho. Seguidamente, passou-se aos informes. Com a palavra, a
142 Senhora Eliane Aquino, Secretária Nacional de Renda e Cidadania, informou que seria lançado, na
143 referida reunião, o caderno dos estados. Adiante, a Senhora Heloísa, Representante da Secretaria
144 Nacional de Renda e Cidadania, realizou a apresentação sobre as informações acerca da Nova Regra de
145 Proteção do Programa Bolsa Família. Considerou que o espaço é muito importante e estratégico para
146 que os gestores possam receber as informações, a fim de que estejam com o mesmo patamar de
147 conhecimento das equipes técnicas, para que haja sinergia entre os estados e municípios.
148 Posteriormente, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES,
149 agradeceu pela apresentação e reforçou sua preocupação sobre o BPC ser considerado como uma

renda estável para os idosos. Questionou acerca do papel dos estados e ponderou que a minuta estava em formatação, e solicitou que o CONGEMAS e FONSEAS possam participar do processo de construção e elaboração. Propôs que os próximos informes da SENARC sejam debatidos dentro da reunião da CIT, pois considera o Bolsa Família como um Programa de Transferência de Renda dentro da estrutura do SUAS. Em seguida, a Senhora Celia Maria de Souza Melo Lima, CGSUAS, ponderou que é importante saber a relação, por estado, da quantidade de famílias, indivíduos e pessoas que vão entrar na situação apresentada. Ato contínuo, a Senhora Heloísa, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, considerou que a secretaria procurou elaborar a mudança de uma maneira orgânica, para que fique de fácil compreensão. Inferiu também que todos os meses as famílias passam por uma reavaliação, pois é gerado a folha de pagamento do Bolsa Família. Após, o Senhor Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ, inferiu sobre a necessidade de se discutir as normativas de forma a traduzir as informações e que a secretaria possa assumir para si as demandas e que o Ministério tenha o papel de comunicar à sociedade. Seguidamente, o Senhor Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operações da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, considerou que tem sido feito um grande esforço para que haja uma boa comunicação com os gestores municipais e estaduais. Adiante, o Senhor André Quintão apresentou os informes referentes ao Acordo do Rio Doce, tragédia que ocorreu em 2015. Inferiu que combinou com a Senhora Cyntia Figueira Grillo para que seja realizada uma reunião com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pois existem grupos nessas regiões que já estão acompanhando essas tratativas do acordo. Posteriormente, foi realizada a leitura da Manifestação da CIT pelo não-contingenciamento dos recursos destinados à Assistência Social, sugestão da Conselheira, Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile. Aberto as considerações, o Senhor André Quintão ponderou que o texto precisa de algumas melhorias, antes de ser encaminhado. **Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor André Quintão encerrou a 30ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT/SUAS, agradecendo a presença de todas(os).

André Quintão

Secretário Nacional de Assistência Social

Brasília/DF

Maio de 2025